

CAPITALIZAÇÃO E CRESCIMENTO EM UMA GRANDE COOPERATIVA DO PARANÁ: O CASO DA COCAMAR – 1969-81*

*Nelson Giordano Delgado ***

Este artigo constará de quatro partes. Na primeira, apresentaremos a evolução do ativo imobilizado da COCAMAR como representativa do comportamento dos investimentos em capital fixo e ativos financeiros realizados pela cooperativa. Como se sabe, os investimentos em imobilizações são a variável fundamental da qual dependem o ritmo e a forma de crescimento da organização.

Na segunda parte, tentaremos caracterizar a origem dos recursos que permitiram financiar os investimentos da COCAMAR. Esses recursos provêm ou do que chamamos de autocalcapitalização da cooperativa – a utilização de recursos próprios para financiar os investimentos –, ou de endividamento externo, isto é, de empréstimos bancários contraídos no País ou no exterior.

Na terceira parte – dada a importância da participação dos recursos próprios nos investimentos –, buscaremos discutir a questão das sobras: sua geração nos vários departamentos por produtos da cooperativa, a importância da parcela retida, e algum indicador da rentabilidade do capital próprio da COCAMAR.

* A versão original deste trabalho foi escrita para o relatório final da pesquisa **Perspectiva e Potencial de Participação Institucional do Setor Cooperativo nos Planos e Programas de Adequação do Desenvolvimento Rural Paranaense (Um Estudo de Caso)**, realizada pelo IPARDES – Fundação Edison Vieira do Paraná e concluída em março de 1983, na qual participei como consultor técnico. Neste estudo foram considerados três diferentes tipos de cooperativas: uma grande (a Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá – COCAMAR); uma média (a Cooperativa Mista de Francisco Beltrão Ltda. – CONFRABEL); e uma pequena (a Cooperativa Bom Jesus da Lapa). As discussões com a equipe da pesquisa – composta por Maria Bango (coordenadora), Jorge de Bem, Antônio Ramaiana de B. Ribeiro, Neda M. Dusdtar e Rogério Trevisan – foram úteis para o esclarecimento de alguns pontos discutidos neste artigo. Agradeço também os comentários de Vanessa Fleischnfresser à versão original do trabalho.

** Professor e pesquisador do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Por fim, na quarta parte, arriscaremos algumas conclusões e tentativas de generalização sobre problemas e impasses enfrentados atualmente por cooperativas do mesmo tipo da COCAMAR.

1 — Evolução do Ativo Imobilizado

As imobilizações de uma cooperativa dão uma idéia aproximada do montante dos investimentos por ela realizados, tanto para aumento de sua capacidade instalada e produtiva (imóveis, instalações, fábricas, máquinas e equipamentos, etc.) como para participação em outras empresas e cooperativas, através do mercado financeiro (compra de ações, quotas de capital, etc.).¹

A Tabela 1 dá uma idéia da evolução das imobilizações da COCAMAR, em termos reais, no período 1969-81. Examinando com mais atenção as informações, podemos distinguir quatro subperíodos nesta tabela. Um primeiro, 1969-70, onde há uma estagnação nos investimentos; um segundo, 1971-74, onde se verifica um crescimento importante, mas que se concentra nos dois primeiros anos, havendo inclusive, queda nos dois últimos; um terceiro, 1975-78, onde ocorre um espantoso e sustentado crescimento dos investimentos durante todo o período, que representa, sem sombra de dúvida, o período de grande crescimento da cooperativa; e um quarto, 1979-81, onde, novamente como nos anos iniciais, há uma estagnação (e mesmo queda) do volume de inversões em valores reais.²

Em uma cooperativa como a COCAMAR, os investimentos destinam-se basicamente a aumentos da capacidade de armazenagem, à instalação de entrepostos comerciais e à industrialização.

Com efeito, se considerarmos a evolução da capacidade total de armazenagem (a granel e convencional) da COCAMAR no período 1971-81, verificaremos que existem quatro anos que representam momentos de expansão mais significativa da capacidade instalada: 1972, 1975, 1976 e 1977. Em 1972, é construído o primeiro graneleiro da cooperativa, o que mais do que quadruplica sua capacidade de armazenagem, e, a partir de 1975, ela inicia a política de descentralização e expan-

¹ Em uma nomenclatura de balanços, o ativo imobilizado que estamos considerando seria a soma do ativo imobilizado técnico e do ativo imobilizado financeiro. Em outra nomenclatura, como é o caso dos últimos balanços da COCAMAR, o ativo imobilizado seria obtido através da operação ativo permanente menos ativo diferido ou (o que é igual) da soma investimentos mais imobilizado — ambos, juntamente com o ativo diferido, componentes do chamado ativo permanente.

² É importante destacar que esse comportamento das imobilizações reflete, fundamentalmente, alterações na capacidade instalada e produtiva da cooperativa. O imobilizado financeiro só aparece em 1974 e mesmo assim com uma participação inexpressiva no total que, em 1979-81, não ultrapassava os 3%.

são de sua área de atuação, com a construção de nove entrepostos até 1981. Além disso, é em 1977 que se inicia a construção de fábrica de beneficiamento da soja que entra em operação em 1979. Por outro lado, os subperíodos 1972-74 e 1979-81 são anos em que a capacidade de armazenamento da COCAMAR permanece praticamente inalterada.³

Tabela 1

Valores nominais e reais do ativo imobilizado técnico e financeiro da COCAMAR – 1969-81

ANOS	VALORES NOMINAIS (Cr\$ 1 000)			VALORES REAIS				
	Técnico	Financeiro	Total	Técnico (Cr\$ 1 000)	% no Total	Financeiro (Cr\$ 1 000)	Total (Cr\$ 1 000)	Δ% Anual
1969	1 576	—	1 576	91 161	100	—	91 161	—
1970	1 908	—	1 908	92 013	100	—	92 013	0,9
1971	2 865	—	2 865	114 846	100	—	114 846	24,8
1972	7 493	—	7 493	256 186	100	—	256 186	23,1
1973	7 816	—	7 816	232 526	100	—	232 526	-9,2
1974	6 632	1 451	7 907	153 332	82	33 547	186 879	-19,6
1975	41 167	709	41 876	744 711	98	12 826	757 537	305,4
1976	85 728	1 359	87 087	1 097 318	98	17 395	1 114 713	47,1
1977	165 398	3 836	169 234	1 483 620	98	34 409	1 518 029	36,2
1978	449 509	7 077	456 586	2 908 323	98	45 788	2 954 111	94,6
1979	695 686	18 587	714 273	2 921 881	97	78 065	2 999 946	1,6
1980	1 023 028	30 433	1 053 461	2 148 359	97	63 909	2 212 268	-26,3
1981	2 609 631	87 050	2 696 681	2 609 631	97	87 050	2 696 681	21,9

FONTE: COCAMAR. Balanço geral 1969/1981. [s. n. t.].

NOTA: 1. A correção monetária não está incluída no cálculo do ativo imobilizado. Os montantes correspondentes à depreciação desse ativo estão incluídos somente no período 1969-73. A partir de 1974, a depreciação não está incluída.

2. Os valores reais foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna da FGV, com base 1981 = 100.

³ Em 1971, a capacidade total de armazenamento da COCAMAR era de 12.600t. Em 1972, aumenta para 57.150t, mantendo-se nesse patamar até 1975 quando passa para 162.150t, atingindo 206.440t em 1976 e 252.746t em 1977. A partir daí, a capacidade de armazenagem da cooperativa não se altera significativamente, alcançando 271.740t em 1981. Para maiores detalhes, ver o capítulo de comercialização da COCAMAR (especialmente a Tabela 3.1) no relatório da pesquisa *Perspectiva e Potencial de Participação Institucional...* referido anteriormente.

É notável como o comportamento dos investimentos reflete essa política de expansão e diversificação de atividades. Assim, o subperíodo 1975-78, que é o período de consolidação da COCAMAR em sua área de atuação (com atividades comerciais e industriais diversificadas), é também aquele em que o esforço de inversões é mais intenso, é mesmo enorme. O volume das imobilizações aumenta, em termos reais, 1.481% em cinco anos, quando comparamos 1978 com 1974. Ele reflete a capacidade da COCAMAR em absorver os estímulos altamente compensatórios da política governamental de crédito subsidiado, assim como a significativa geração de excedentes que o crescimento da agricultura de soja e de trigo possibilitou no Paraná, nesse período e nessa região, e que pôde, em boa parte, ser canalizado com sucesso para a cooperativa.

O subperíodo 1979-81 é mais delicado no tocante à possibilidade de inferências. Aparentemente é um período de estagnação nos investimentos que poderia ser explicada por qualquer das razões seguintes: a) uma maior cautela da cooperativa tendo em vista, talvez, a amortização de empréstimos de médio e longo prazos realizados anteriormente — notadamente para a instalação da indústria de óleo e farelo de soja; b) uma verdadeira crise nas perspectivas de investimento da cooperativa como decorrência da própria crise da economia brasileira que se aprofunda a partir desse subperíodo; c) uma perda da capacidade de expansão e de geração de excedentes da agricultura empresarial da soja, em função do aumento mais que proporcional dos custos de produção e da retração do mercado mundial, o que aliás é um dos temas em discussão no momento.

No entanto, a situação não é tão simples, nem a explicação tão mecânica. Se considerarmos, como faremos com mais detalhes no próximo item, o montante de empréstimos de longo prazo da COCAMAR a partir de 1979, veremos que atinge volumes significativos quando mensurado em cruzeiros constantes (de 1981). E, o que interessa mais, todo ele é destinado ao aprofundamento de sua capacidade de industrialização, seja complementado a indústria de óleo e farelo de soja preexistente, seja ampliando a diversificação industrial no sentido da instalação de uma indústria de óleo de algodão, de girassol e de amendoim, e uma de fiação e tecelagem.

Assim, é possível que o subperíodo 1979-81 represente um período de transição para a COCAMAR. O ano de 1980 parece ter sido, sim, um ano de cautela e de tomada de novas decisões quanto ao futuro. De cautela, porque nele ocorreu, aparentemente, uma queda nos investimentos em ativos fixos (em termos reais) e porque nenhum novo empréstimo foi realizado; de tomada de novas decisões, porque a partir daí — talvez reconhecendo a precariedade e os riscos de uma estratégia de crescimento baseada apenas na soja — a cooperativa parece partir decididamente para a diversificação da atividade industrial, tomando empréstimos e iniciando a construção de unidades de beneficiamento do algodão (para óleo e tecelagem) que entram em funcionamento em 1983, como está previsto.⁴

⁴ As novas inversões somente se refletirão no ativo imobilizado provavelmente a partir de 1982/83.

2 – Autocapitalização e Endividamento

É importante tentar examinar, agora, quais foram as fontes de financiamento das inversões realizadas pela COCAMAR, especialmente no período 1975-78. Obviamente, os fundos para investimento de uma empresa qualquer provêm de recursos internos – fruto de suas próprias atividades produtivas, comerciais, financeiras ou de prestação de serviços – e/ou de recursos externos, empréstimos que ela contrai junto a instituições públicas e/ou privadas no País e/ou no exterior.

No caso de uma cooperativa, os recursos próprios para investimento derivam do capital integralizado por seus associados e dos fundos de reserva, estatutários ou não, que representam retenções das sobras geradas em cada exercício e não distribuídas aos associados. Esses recursos compõem o patrimônio líquido da cooperativa e, como tal, são apresentados anualmente em seu balanço geral. Para a COCAMAR, os dados referentes ao patrimônio líquido em valores nominais e reais no período 1969-81 – e sua distribuição em capital social e reservas – são apresentados na Tabela 2.

Os recursos externos para investimento, como já foi referido, provêm de empréstimos junto a instituições bancárias públicas e privadas, nacionais e estrangeiras. A Tabela 3 apresenta o valor (em termos nominais e reais) dos financiamentos de médio e longo prazos – que possuem mais de um ano de carência – obtidos pela COCAMAR de bancos oficiais no período 1971-82. Os valores até 1974 (inclusive) substituem, provavelmente, o total dos empréstimos contratados, pois incluem apenas aqueles obtidos junto ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC). A partir de 1975, as informações disponíveis devem refletir mais acuradamente o total dos empréstimos para investimento contraídos pela cooperativa. Para complementar as indicações a respeito do endividamento, incluímos a Tabela 4, onde figura a evolução, em valores reais, do passivo exigível de curto e longo prazos da COCAMAR entre 1969-81.

A Tabela 5, por sua vez, indica a evolução do coeficiente patrimônio líquido/imobilizações da COCAMAR.⁵ Esse é um indicador do montante de recursos próprios aplicados para financiar cada unidade investida em ativo fixo ou, dito de outra forma, é um indicador da participação dos recursos próprios no total de investimentos em ativo fixo realizados pela cooperativa.⁶ Nesse sentido, esse coeficiente

⁵ A relevância desse coeficiente nos foi sugerida, pela primeira vez, por sua utilização na dissertação de mestrado de Maria Benetti:

BENETTI, Maria Domingues. *Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul: uma análise do desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA e FECOTRIGO 1957/1980*. Porto Alegre, FEE, 1982. (Teses, 5).

⁶ O valor das imobilizações reflete, fundamentalmente, o montante de inversões em ativo fixo, porque a participação das imobilizações financeiras (ou “investimentos”, como aparecem em balanços mais recentes) é bastante inexpressiva, não sendo nunca – com exceção de 1974 – superior a 3% do total das imobilizações.

é o melhor indicador — dentre os existentes, como, por exemplo, o coeficiente patrimônio líquido/ativo real — da autocalcapitalização da cooperativa, entendida como a utilização de recursos próprios para financiar seus investimentos em ativos fixos e, portanto, viabilizar o crescimento das atividades produtivas, comerciais e de prestação de serviços da organização.

Tabela 2

Evolução do patrimônio líquido em valores nominais e reais da COCAMAR — 1969-81

a) Patrimônio líquido em termos nominais

(Cr\$ 1 000)

ANOS	CAPITAL SOCIAL (1)	RESERVAS (2)	TOTAL
1969	174	1 242	1 416
1970	241	1 917	2 158
1971	739	2 163	2 902
1972	991	2 076	3 067
1973	1 368	4 847	6 215
1974	3 451	18 365	21 816
1975	9 759	24 944	34 703
1976	17 917	54 819	72 736
1977	43 333	94 011	137 344
1978	48 569	102 823	151 392
1979	72 089	286 276	358 365
1980	107 104	764 878	871 982
1981	184 246	1 768 921	1 953 167

b) Patrimônio líquido em termos reais

ANOS	CAPITAL SOCIAL (1) (Cr\$ 1 000)	% TOTAL	RESERVAS (2) (Cr\$ 1 000)	% TOTAL	TOTAL (Cr\$ 1 000)	Δ% ANUAL
1969	10 071	12	71 887	88	81 958	—
1970	11 628	11	92 495	89	104 123	27,0
1971	29 634	25,5	86 736	74,5	116 370	11,8
1972	33 882	32	70 978	68	104 860	-9,9
1973	40 698	22	144 198	78	184 896	76,3
1974	79 737	16	424 599	84	504 386	172,8
1975	176 540	28	451 237	72	627 777	24,5
1976	229 338	25	701 683	75	931 021	48,3
1977	388 697	32	843 279	68	1 231 976	32,3
1978	314 241	32	665 265	68	979 506	-20,5
1979	302 774	20	1 202 359	80	1 505 133	53,7
1980	224 918	12	1 606 244	88	1 831 162	21,7
1981	184 246	9	1 768 921	91	1 953 167	6,7

FONTE: COCAMAR. Balanço geral 1969/1981. [s. n. t.].

NOTA: Os valores reais foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna da FGV, com base 1981 = 100.

(1) Refere-se ao capital social realizado ou subscrito. (2) Incluídos todos os fundos mais sobras à disposição da assembléa geral, quando for o caso. Neste item não consta nenhum valor referente à correção monetária. Dessa forma, não foram incluídos no cálculo do patrimônio líquido na tabela itens como: fundo para correção monetária; fundo para correção monetária das depreciações; fundo de correção monetária do ativo imobilizado; fundo para pagamento da correção monetária sobre o capital social; fundo de correção monetária do capital realizado; reserva de lucro inflacionário a realizar; reserva de lucro inflacionário realizado.

Tabela 3

Financiamentos de médio e longo prazos obtidos de bancos oficiais da COCAMAR - 1971-82

(Cr\$ 1 000)

ANOS	VALORES NOMINAIS			VALORES REAIS		
	BNCC	Outros Bancos (1)	Total	BNCC	Outros Bancos (1)	Total
1971	612	...	612	24 541	...	24 541
1972	187	...	187	6 394	...	6 394
1973	168	...	168	4 998	...	4 998
1974	—	...	—	—	...	—
1975	6 658	13 000	19 658	120 443	235 170	355 613
1976	(2)5 249	113 000	118 249	67 187	1 446 400	1 513 587
1977	1 470	17 448	18 918	13 186	156 509	169 695
1978	11 158	—	11 158	72 192	—	72 192
1979	14 366	70 104	84 470	60 337	294 437	354 774
1980	—	—	—	—	—	—
1981	—	894 599	894 599	—	894 599	894 599
1982	323 573	38 984	362 557	630 967	76 019	706 986

FONTE: COCAMAR. Balanço geral 1969/1982. [s n t.]

NOTA: Os valores reais foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna da FGV, com base 1981 = 100.

(1) Incluídos empréstimos com o BADEP, BIRD, BNDE e BRDE. (2) Incluídos dois empréstimos de menos de um ano de prazo de duração, no valor de Cr\$ 679 mil (em valores correntes).

Tabela 4

Evolução do passivo exigível a curto e a longo prazos, em valores reais da COCAMAR - 1969-81

ANOS	EXIGÍVEL A CURTO PRAZO OU CIRCULANTE		EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		EXIGÍVEL TOTAL (Cr\$ 1 000)
	Cr\$ 1 000	% no Total	Cr\$ 1 000	% no Total	
1969	50 240	6	815 587	94	865 827
1970	23 836	3	690 506	97	714 342
1971	48 441	3	1 560 291	97	1 608 732
1972	688 279	44	888 154	56	1 576 433
1973	532 644	50	526 486	50	1 059 130
1974	1 008 217	52	934 349	48	1 942 566
1975	2 003 504	56	1 600 657	44	3 604 161
1976	814 682	26	2 332 134	74	3 146 816
1977	2 080 627	66	1 074 140	34	3 154 767
1978	3 292 175	71	1 321 776	29	4 613 951
1979	2 868 264	73	1 052 755	27	3 921 019
1980	3 456 310	84	679 516	16	4 135 826
1981	4 958 153	89	596 041	11	5 554 194

FONTE: COCAMAR. Balanço geral 1969/1981. [s.n.t.].

NOTA: Os valores reais foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna da FGV, base 1981 = 100.

Tabela 5

Evolução da relação patrimônio líquido/imobilizações da COCAMAR,
da COTRIJUÍ e da COTRISA – 1969-81

ANOS	$\frac{PL}{I}$ COCAMAR	$\frac{PL}{I}$ COTRIJUÍ	$\frac{PL}{I}$ COTRISA
1969	0,90	0,68	1,03
1970	1,13	0,42	1,05
1971	1,01	0,41	1,12
1972	0,41	0,49	1,23
1973	0,80	0,48	1,19
1974	2,76	0,58	0,95
1975	0,83	0,38	—
1976	0,84	0,30	0,60
1977	0,81	0,36	—
1978	0,33	0,22	0,48
1979	0,50	0,18	—
1980	0,83	—	—
1981	0,72	—	—

FONTE: COCAMAR. Balanço geral 1969/1981. [s.n.t.].

NOTA: Para dados da COTRIJUÍ e da COTRISA foi utilizado o Quadro 4.2, p. 135, da dissertação de mestrado de Maria Benetti: *O Processo de desenvolvimento da grande cooperativa de trigo e soja do Rio Grande do Sul – 1957/1980*. Rio de Janeiro, CPDA/EIAP/FGV. 1981.

Para efeitos de comparação, introduziu-se, também, na Tabela 5 os coeficientes de autocalcapitalização patrimônio líquido/imobilização (PL/I) da COTRIJUÍ e da COTRISA, cooperativas do Rio Grande do Sul.⁷ Essa comparação é interessante, porque a COTRIJUÍ foi uma cooperativa que expandiu e diversificou enormemente suas atividades no mesmo período, e a COTRISA, cooperativa de porte relativo, manteve uma trajetória principalmente comercial.

⁷ Esses coeficientes foram calculados por Maria Benetti em sua dissertação de mestrado já referida. É claro que uma comparação desse tipo deve ser sempre encarada com certa reserva, porque sempre podem ocorrer discrepâncias na forma como os dados foram calculados, apesar de que tanto os nossos dados como os de Benetti excluem a correção monetária do patrimônio líquido e do ativo imobilizado, sendo passíveis, em princípio, de comparação. A COTRIJUÍ é a Cooperativa Serrana Ltda., com sede em Ijuí (RS), e a COTRISA é a Cooperativa Triticola de Santo Ângelo Ltda., com sede em Santo Ângelo (RS). Vide: BENETTI, Maria Domingues. *Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul: uma análise do desenvolvimento da COTRIJUÍ, COTRISA e FECOTRIGO 1957/1980*. Porto Alegre, FEE, 1982. p.105, Quadro 2. (Teses, 5).

Se consolidarmos as informações que deram origem à Tabela 5, segundo os quatro subperíodos de crescimento das imobilizações inferidos da Tabela 1, obtemos o quadro seguinte:

SUBPERÍODOS	$\frac{PL}{I}$ COCAMAR	$\frac{PL}{I}$ COTRIJUI	$\frac{PL}{I}$ COTRISA
1969-70	1,02	0,55	1,03
1971-74	1,25	0,49	1,12
1975-78	0,70	0,32	0,54
1979-81	0,68	0,18	-

Algumas observações são possíveis a partir do quadro exposto.

Primeiro, como era de se esperar, o subperíodo de maior crescimento (1975/78) está associado a um maior endividamento da COCAMAR em relação aos subperíodos anteriores: o coeficiente de participação dos recursos próprios nos investimentos em ativo fixo cai cerca de 45%. Esse maior endividamento é confirmado pelo comportamento do total dos empréstimos de médio e longo prazo (em valores de 1981), contraídos pela cooperativa no subperíodo, especialmente em 1975 e 1976, sendo que o total dos financiamentos obtidos entre 1975 e 1978 representou 51% do total dos empréstimos em todo o período 1971-82 (Tabela 3).⁸ Também é confirmado pelo comportamento do exigível a longo prazo em valores reais (Tabela 4), o qual cresce consideravelmente em 1975-78 em relação ao subperíodo anterior. Além disso, reflete-se na própria composição do exigível de longo prazo nos balanços da COCAMAR. Em 1977 – que é o primeiro ano em que essa composição é discriminada – a participação do financiamento do ativo fixo em bancos do País no total do exigível de longo prazo era de 78%. Em 1978 essa participação aumenta para 90%, enquanto que em 1979 vai a 96%. Já em 1980 cai para 77% e em 1981 atinge praticamente 100%.

⁸ Com a ressalva já feita de que o total dos empréstimos anteriores a 1975 pode estar subestimado. Do total dos financiamentos obtidos no subperíodo 1975-78, 32,5% destinaram-se a aumentos na capacidade de armazenagem da cooperativa e 66% à instalação da indústria de óleo e farelo de soja (empréstimo contraído através de linha de crédito do BACEN/BIRD em 1976).

No subperíodo seguinte (1979-81) o coeficiente PL/I permanece praticamente igual ao do período 1975-78. O volume de financiamentos, embora reduzindo-se em relação ao subperíodo anterior – o total dos empréstimos em 1979-81 representa 30% do total dos empréstimos do período 1971-82 (Tabela 3) –, permanece significativo. E interessa, em particular, destacar sua composição por destino, tendo em vista que ela é fundamental para a determinação da forma de crescimento e do tipo de estrutura empresarial que está sendo moldada na COCAMAR. Assim, entre 1979-81, 95% dos empréstimos destinam-se a financiar a montagem de atividades agroindustriais – a complementação da indústria de óleo de soja e a instalação das indústrias de óleo de algodão, de girassol e de amendoim e a de fiação e tecelagem – enquanto apenas 3% são utilizados para ampliação da capacidade de armazenamento. Isso representa, sem dúvida alguma, a consolidação de uma opção empresarial que, superando a fase meramente comercial, privilegia a diversificação das atividades agroindustriais como elemento central da estratégia de crescimento da cooperativa, mergulhando a COCAMAR em uma estrutura organizacional e em um meio ambiente econômico e social mais dinâmicos e complexos, característicos das “multicooperativas”⁹, e cujas conseqüências para a estruturação e mesmo evolução do setor cooperativo do sul do País ainda não estão perfeitamente delineadas, especialmente no contexto da atual crise econômica. Essa tendência da COCAMAR confirma-se, ainda, em 1982, quando 89% dos empréstimos obtidos destinam-se a financiar a instalação de duas unidades de beneficiamento de algodão.¹⁰ Por fim, ela representa o pleno reconhecimento pela cooperativa da importância das atividades agroindustriais para aumentar a lucratividade da organização – pelo grande aumento que provoca no volume de sobras, como veremos – e torná-la, a longo prazo, menos dependente de novos empréstimos para financiar a continuidade de sua expansão.

No entanto, os dados acima, calculados por subperíodos, superestimam o grau de endividamento da COCAMAR em 1975-78 – e mesmo em 1979-81 – e a responsabilidade dos empréstimos bancários para o financiamento do crescimento das inversões em ativo fixo. Voltemos à Tabela 5. De 1975 a 1978 a participação dos recursos próprios nos investimentos em ativo fixo matêm-se bastante elevada, em torno de mais de 80%. É em 1978 que ocorre uma grande queda nesse coeficiente (cai para 0,33), a qual se estende para 1979 (0,50).¹¹ Já em 1980 o índice PL/I volta

⁹ Na feliz e sugestiva expressão empregada por Maria Benetti. BENETTI, op. cit., nota 7.

¹⁰ É interessante destacar que o processo acima descrito representa, também, a consolidação do algodão como um dos produtos fundamentais para a COCAMAR, disputando com a soja a proeminência nas atividades de comercialização e beneficiamento realizadas pela cooperativa.

¹¹ É importante ter presente que 1978 foi um ano de frustração de safras e considerado como um ano crítico para todas as cooperativas do Paraná. Esse fato afetou consideravelmente a capacidade de geração de sobras da COCAMAR.

aos níveis de 1975-77, com um valor de 0,83. Sem dúvida, há um aumento do exigível de longo prazo em 1978, em relação ao ano anterior, que se mantém elevado também em 1979 (sempre em valores reais).¹² Entretanto, a maior responsabilidade por essa queda do coeficiente em 1978 deve ser atribuída; a) à redução do patrimônio líquido (em termos reais), especialmente em seu componente de fundos de reserva que cai 21% em relação ao ano anterior — refletindo a grande queda no volume de sobras gerado, como veremos — e, principalmente; b) ao grande aumento do imobilizado em termos reais nesse ano (94,6%), que se mantém no mesmo patamar no ano seguinte.

Assim, é possível concluir, com alguma segurança, que no financiamento das inversões em ativo fixo — ou seja, no financiamento de seu crescimento como empresa — a COCAMAR lançou mão do endividamento bancário, especialmente no período de auge desse crescimento (1975-78), mas que, ao mesmo tempo, também canalizou uma parcela expressiva dos recursos próprios gerados em suas atividades — que incluem as atividades dos produtores associados — para esse fim.

Em segundo lugar, é interessante manter-se na Tabela 5 e comparar o comportamento do coeficiente de autocapitalização das três cooperativas. Salta aos olhos a diferença no padrão de crescimento da COCAMAR em relação à COTRIJUI no que se refere à questão do financiamento das inversões. A COTRIJUI é uma cooperativa que indiscutivelmente cresceu com base em contínuo e considerável endividamento bancário.¹³ Já a COCAMAR, apesar de ter também percorrido um caminho de agroindustrialização, apresentou um comportamento mais próximo ao da COTRISA — que permaneceu em uma trajetória principalmente comercial durante o período — com coeficientes de utilização de recursos próprios no financiamento do crescimento de seu ativo fixo muito superiores aos da COTRIJUI. Está claro que isso reflete o maior esforço de investimentos da COTRIJUI, em relação à COCAMAR, a maior diversificação de atividades por ela empreendida e o maior porte e complexidade empresarial atingido. Mas pode refletir, também, a maior cautela e melhor visão de longo prazo da COCAMAR em relação a um traiçoeiro instrumento de política econômica que foi utilizado, sem pudor, durante todo esse período, na tentativa de transformar pequenas cooperativas comerciais em grandes organizações agroindustriais complexas e com enorme capacidade instalada ociosa: a disponibilidade de crédito oficial altamente subsidiado. Tudo se passou como se as miragens do “milagre brasileiro” se refletissem na agricultura através da “inesgotável” capacidade de expansão da soja e da “inesgotável” disponibilidade de crédito oficial subsidiado, fazendo com que o “maior país do mundo” passasse a ter também as “maiores cooperativas do mundo”. E somos tentados a afirmar que a essas fantasias foram

¹² Ver Tabela 4.

¹³ Como foi demonstrado por Maria Benetti em sua dissertação de mestrado.

particularmente sensíveis as cooperativas gaúchas.¹⁴ Por outro lado, uma cooperativa como a COCAMAR, se bem não tenha alcançado, em um primeiro momento, o volume de participação no mercado atingido pela COTRIJUI, encontra-se hoje, provavelmente, em melhores condições de enfrentar a crise financeira e de ociosidade de instalações com que se debatem atualmente as grandes cooperativas do Rio Grande do Sul.

Por fim, retornemos aos indicadores da evolução do patrimônio líquido e do passivo exigível a curto prazo (Tabelas 2 e 4).

No que se refere ao exigível a curto prazo, verifica-se que ele cresce, em valores reais, significativa e continuamente a partir de 1972, de modo que sua participação no total do exigível, que era de 3% em 1970-71, passa a 44% em 1972 e atinge 89% em 1981. Esse comportamento, que pode estar exagerado, reflete, sem dúvida, um fenômeno real: a grande expansão das atividades da cooperativa, especialmente a partir de 1975, fruto de seu próprio crescimento e do da agricultura em sua área de atuação, o que pressiona as necessidades de capital de giro da organização. Esse espantoso crescimento do exigível a curto prazo nos últimos anos parece apontar para um dos problemas que uma grande cooperativa do tipo da COCAMAR está enfrentando no momento: seu crescente requerimento de capital de giro e o ônus financeiro que isso representa em função das altas taxas de juros no mercado.

Quanto ao patrimônio líquido, é interessante chamar a atenção para a evolução, em valores reais, de seus componentes: o capital social, integralizado pelos associados da cooperativa, e os fundos para reservas. O capital social tem seu crescimento mais significativo concentrado no período 1974-77, quando aumenta 387%, caindo constantemente a partir daí, de modo que em 1981 atinge níveis levemente superiores aos de 1975. Já com as reservas ocorre o contrário: aumentam progressivamente a partir de 1972 — com exceção de 1978 que não foi um ano agrícola bom no estado, como vimos — chegando no biênio 1980-81 a níveis de participação no total do patrimônio líquido somente comparáveis aos de 1969-70 (cerca de 90%), quando a cooperativa não tinha ainda grande expressividade como organização empresarial. Esses fatos permitem dois tipos de inferências: a) que o período de crescimento da cooperativa foi acompanhado por um esforço relativamente bem sucedido de aumentar o seu capital social, mas que tal esforço de autofinanciamento enfrenta sérias limitações estruturais, talvez explicáveis pelas próprias características da massa de seus associados que são pequenos e médios agricultores com reduzida ou escassa capacidade de acumulação de capital. O que importa reter neste ponto é que as possibilidades que cooperativas como a COCAMAR dispõem de aumentar seus recursos próprios através de aumentos em seu capital, via acréscimos significativos do capital total integralizado por seus associados, são extremamente limita-

¹⁴ As cooperativas gaúchas enfrentam hoje uma das maiores crises de sua história, cuja superação implica o abandono do modelo de crescimento com base no endividamento bancário, o qual inclusive está sendo destruído, independentemente da vontade das cooperativas, pela mudança nas regras do jogo decorrente da grave crise por que passa a economia brasileira.

das;¹⁵ b) e como conseqüência, o volume de recursos próprios que a cooperativa é capaz de mobilizar vai depender essencialmente dos fundos, estatutários ou não, que ela é capaz de criar e que representam retenções das sobras operacionais que venha a gerar em seus vários departamentos.¹⁶ Ou seja, a disponibilidade de recursos próprios para investimento em uma cooperativa do tipo da COCAMAR depende de sua capacidade de gerar e reter sobras, o que, por sua vez, depende da política de crescimento/diversificação de suas atividades e da política de retenção/distribuição das sobras que adote.¹⁷

3 – As Sobras Operacionais da COCAMAR

As sobras operacionais da COCAMAR representam o resultado econômico ou o lucro obtido pela cooperativa através de suas atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços. Configuram, portanto, a diferença entre as receitas operacionais e as despesas operacionais nos vários departamentos ou setores em que está organizada a cooperativa.¹⁸

¹⁵ Algo semelhante foi observado por Geraldo Müller ao analisar a problemática da autocalificação na COTRIJUI. Na verdade, esse é um fenômeno tranqüilamente generalizável a todo o setor cooperativo do País.

MÜLLER, Geraldo. COTRIJUI: tentativa de criação de um conglomerado de capital nacional. In: LOUREIRO, Maria Rita, org. *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1981. p. 122-31.

¹⁶ Como exemplo da composição desses fundos na COCAMAR, temos que, em 1981, a soma do fundo de reserva, do fundo de desenvolvimento e do FATES (para associados e não-associados) representava 55,5% do total das reservas (em valores reais), enquanto os fundos específicos ligados à montagem do setor industrial e o fundo de capital de giro para os vários departamentos representavam, respectivamente, 26 e 4% deste total.

¹⁷ O que é um ponto nevrálgico nas delicadas relações cooperativa-associados. Daí que é possível entender a sempre presente “tentação” dos dirigentes cooperativistas em lançar mão do endividamento para financiar o crescimento das atividades da cooperativa, ainda mais em épocas em que o custo deste dinheiro é bastante reduzido em termos reais. Quando o custo do dinheiro se eleva vigorosamente, como ocorre hoje, a questão do financiamento dos novos investimentos se torna mais dramática e tende a acirrar as dificuldades inerentes ao aumento dos recursos próprios da cooperativa, em especial no que se refere à legitimação de uma carga adicional sobre os associados que acaba sendo proposta como uma saída para a crise financeira.

¹⁸ Além dos departamentos por produto (soja, algodão, milho, etc.), os vários demonstrativos de “sobras e perdas” da COCAMAR no período 1969-1981 apresentam também resultados de outros departamentos ou setores, tais como: administrativo, de consumo, de autopeças e acessórios, e da fazenda COCAMAR. Queremos lembrar, como observamos na Tabela 7, que nossos cálculos de sobras operacionais incluem os valores relativos à transferência para FATES de operações com terceiros e à provisão para pagamento do imposto de renda, que são discriminados em itens específicos apenas a partir de 1979.

As receitas operacionais dos departamentos por produto (que são os que nos interessam nesta análise) compõem-se das receitas provenientes da venda dos produtos comercializados “in natura” e beneficiados (quando for o caso) e de outras receitas, tais como juros ativos, taxas diversas, descontos obtidos, etc.

É interessante observar o que ocorre no departamento da soja a partir de 1979, quando entra em operação a fábrica de beneficiamento do produto. As receitas provenientes das vendas de óleo e farelo, que são subprodutos do esmagamento dos grãos, passam a representar mais de 70% do total das receitas operacionais com a soja, enquanto as vendas de grãos “in natura” caem para menos do que 6% do total.¹⁹ Esses dados são indicadores da importância que as atividades agroindustriais passam a desempenhar na cooperativa, o que se refletirá em sua capacidade de geração de sobras, como veremos.

As despesas operacionais dos departamentos por produto incluem, usualmente, o custo do produto vendido — sem dívida, seu item mais importante — e as despesas com pessoal, técnicas, com vendas e despesas tributárias e financeiras.

A Tabela 6, a seguir, indica a participação do custo do produto vendido, das despesas financeiras e das despesas tributárias no total das despesas operacionais dos departamentos de soja e de algodão, os mais importantes da COCAMAR.²⁰

Até 1974, a participação das despesas tributárias e financeiras no total das despesas operacionais era bastante (talvez exageradamente) elevada. Essa situação se altera a partir de 1975, quando a participação do custo do produto vendido oscila, no triênio 1975-77, entre 80 e 90% para a soja e entre 70 e 74% para o algodão, refletindo a grande expansão das atividades comerciais da cooperativa, o que torna a rubrica de custos correspondente ao valor das compras de soja e algodão a mais importante. Depois de 1977, a participação do custo do produto vendido começa a declinar tanto para a soja (atingindo 73% em 1981) quanto, especialmente, para o algodão (caindo para 52% em 1981). Isso parece ser reflexo da maior complexidade das atividades realizadas em cada departamento e da elevação dos custos financeiros em comparação com o triênio anterior (1975-77). O primeiro ponto ine-

¹⁹ As receitas provenientes da venda de grãos e de atividades auxiliares, que representavam 93% do total das receitas do departamento da soja em 1978, passam a menos de 17% a partir de 1979.

²⁰ O custo do produto vendido inclui, provavelmente, o valor das compras de soja e algodão feitas pela cooperativa dos produtores diretos (associados ou não), e seu montante depende da quantidade adquirida e dos preços pagos em cada ano. É possível que inclua também as despesas com o beneficiamento desses produtos quando elas ocorrerem. As despesas financeiras devem corresponder a pagamentos de juros e amortizações feitas em cada ano e referentes a empréstimos contraídos, seja para capital de giro, seja para investimentos, tendo em vista o desenvolvimento de atividades que digam respeito a estes produtos. E as despesas tributárias provavelmente correspondem a taxas e impostos pagos nas operações de compra e venda da soja e do algodão e na venda dos subprodutos resultantes do beneficiamento da soja.

vitavelmente influencia a estrutura de custos de cada departamento: aumenta a participação das despesas com pessoal, das despesas técnicas e, em menor medida, das despesas com vendas no total das despesas operacionais.²¹ E aumentam também, nosso segundo ponto, os encargos financeiros dos dois departamentos — especialmente no do algodão, onde a participação desses custos atinge cerca de 23% do total das despesas operacionais em 1981²² — como consequência do maior endividamento da cooperativa para a expansão de seu ativo fixo e do progressivo encarecimento do capital de giro.

Tabela 6

Participação percentual do custo do produto vendido e das despesas financeiras e tributárias no total das despesas operacionais nos departamentos da soja e do algodão da COCAMAR — 1970-81

ANOS	CUSTO DO PRODUTO VENDIDO		DESPESAS FINANCEIRAS		DESPESAS TRIBUTÁRIAS	
	Soja	Algodão	Soja	Algodão	Soja	Algodão
1970	—	...	—	15,2	—	50,4
1971	—	5,8	22,1	47,2
1972	7,2	60,7	57,1	19,7
1973	25,6	29,6	42,8	36,0
1974	24,7	7,8	28,1	13,1
1975	81,4	73,6	3,9	6,1	7,6	6,4
1976	88,7	70,1	3,5	5,6	1,4	11,2
1977	86,5	71,2	4,1	8,0	1,3	8,2
1978	85,2	59,6	7,4	12,1	0,2	10,5
1979	79,9	66,7	6,3	10,3	3,6	5,9
1980	77,6	57,5	6,2	11,5	3,4	6,2
1981	73,4	52,3	12,2	22,7	3,3	6,4

FONTE: COCAMAR. Balanço geral 1970/1981. [s.n.t.].

²¹ Comparando-se 1975-77 com 1978-81, ocorre, em média, o seguinte com o departamento da soja: as despesas com pessoal aumentam sua participação de 1 a 2% para 3 a 4%, as despesas técnicas passam de 1 a 2% para 3 a 7% e as despesas com vendas caem de 4 a 5% para 1 a 3%. No departamento do algodão, em média, as despesas com pessoal aumentam sua participação de cerca de 2,5% para 3 a 6,5%, as despesas técnicas aumentam de 3% para 7 a 8% e as despesas com vendas passam de 3% para 4 a 5,5%.

²² A participação dos encargos financeiros com o algodão é, praticamente, sempre maior do que com a soja. É possível que o valor para 1981 já reflita empréstimos contraídos para a montagem da industrialização do algodão.

Mas passemos à análise das sobras operacionais da COCAMAR. A Tabela 7 indica a sua evolução, em valores reais, no período 1969-81, bem como sua departamentalização segundo os principais produtos agrícolas comercializados "in natura" e/ou beneficiados pela cooperativa.²³

Tabela 7

Departamentalização das sobras operacionais em função dos principais produtos agrícolas comercializados e beneficiados na COCAMAR - 1969-81

ANOS	SOJA		ALGODÃO		MILHO		TRIGO
	Cr\$ 1 000	%	Cr\$ 1 000	%	Cr\$ 1 000	%	Cr\$ 1 000
1969	—	—	32 094	98,6	—	—	—
1970	—	—	66 646	96,7	—	—	—
1971	—	—	47 532	93,6	—	—	—
1972	(280)	—	3 486	85,2	—	—	86
1973	20 332	24,6	56 151	68,0	—	—	—
1974	259 353	76,0	291	0,1	—	—	47 374
1975	99 602	37,6	81 133	30,6	—	—	71 198
1976	266 405	46,0	108 887	18,8	302	0,1	98 194
1977	83 531	20,2	114 475	27,6	10 777	2,6	135 143
1978	54 531	20,2	89 467	33,2	2 036	0,8	20 533
1979	506 693	63,0	224 408	27,9	17 784	2,2	34 986
1980	568 506	48,1	445 929	37,7	28 777	2,4	33 383
1981	430 500	49,6	301 257	34,7	21 454	2,5	36 114

ANOS	TRIGO	CAFÉ		FEIJÃO		TOTAL DAS SOBRAS OPERACIONAIS DO EXERCÍCIO (1)
	%	Cr\$ 1 000	%	Cr\$ 1 000	%	
1969	—	446	1,4	—	—	32 529
1970	—	(2)2 283 ¹	3,3	—	—	68 929
1971	—	3 226	6,4	—	—	50 758
1972	2,1	751	18,6	—	—	4 043
1973	—	6 045	7,3	—	—	82 528
1974	13,9	365	0,1	—	—	341 173
1975	26,8	644	0,2	—	—	265 138
1976	16,9	92 760	16,0	36	0,0	579 379
1977	32,6	25 817	6,2	541	0,1	414 384
1978	7,6	1 962	0,7	2 440	0,9	269 492
1979	4,4	20 058	2,5	—	—	803 929
1980	2,8	—	—	—	—	1 181 337
1981	4,2	76 856	8,9	587	0,1	867 342

FONTE: COCAMAR. Balanço geral 1969/1981. /s. n. t./.

NOTA: Os valores reais foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna da FGV, com base 1981 = 100.

(1) Não inclui itens que representam correção monetária - tais como saldo da conta correção monetária Lei nº 6.404/76 e reserva de lucro inflacionário realizado e/ou a realizar - que aparecem a partir de 1978. Refere-se ao total das sobras operacionais. Inclui os valores de transferência para FATES relativa à operação com terceiros e de provisão para pagamento do imposto de renda, discriminados a partir de 1979.
(2) Incluídas as sobras de outras atividades além do café.

²³ Os anos de 1972 e 1978 foram anos muito ruins para a cooperativa em função de frustrações de safras. Daí o mau desempenho das sobras nesses anos.

Vale a pena destacar alguns pontos. Em primeiro lugar, até 1973 as sobras mantêm-se em um patamar inferior a 80 milhões de cruzeiros (de 1981), e o principal responsável por sua existência é o algodão, seguido timidamente pelo café. Em 1973, a soja inicia a sua contribuição positiva (em 1972, as sobras da soja foram negativas), com uma participação em torno de 25% do total. De 1974 a 1978, as sobras atingem níveis no mínimo três vezes superiores aos de 1973, e a soja e o algodão consolidam-se como os principais responsáveis por sua geração²⁴, fenômeno este que está ligado à mudança na estrutura produtiva na área de atuação da CO-CAMAR e ao conseqüente incremento da comercialização daqueles dois produtos.

Em segundo lugar, é importante chamar a atenção para o que ocorre a partir de 1979. Com a entrada em operação da fábrica de beneficiamento da soja, o volume gerado de sobras aumenta notavelmente, passando a oleaginosa a contribuir com cerca de 50% ou mais do total das sobras da COCAMAR. Tal fato chama mais uma vez a atenção para a importância da atividade industrial como fonte de geração de lucros em uma cooperativa, capaz de favorecer, talvez, uma melhor compatibilização entre o aumento da participação dos recursos próprios no financiamento de novos investimentos (via retenção de sobras) e uma política de distribuição de sobras mais adequada ao atendimento das demandas de curto prazo de seus associados.²⁵

Para completar, observemos o desempenho dos produtos alimentares básicos (feijão e milho). O feijão situa-se sempre abaixo de 1% do total das sobras e o milho abaixo de 2,5%. Isso reflete a diferença de lucratividade dos produtores de alimentação básica — embora o milho apresente melhores perspectivas em função de seu destino industrial para óleo e rações — e o pouco interesse que despertam pela cooperativa é facilmente perceptível.

As Tabelas 8 e 9 indicam, respectivamente, a participação das sobras à disposição da assembléia-geral de associados no total das sobras operacionais entre 1969 e 1981 e a geração e distribuição de sobras nos departamentos da soja, do algodão, do trigo e do café no período 1970-76.²⁶

Considerando os dados da Tabela 8 a partir de 1974, quando o volume de sobras operacionais passa a adquirir importância na cooperativa, observamos que entre 1974 e 1978 as sobras colocadas à disposição da assembléia representavam, em média, cerca de 29% do total, participação que aumenta para cerca de 40% no subperíodo seguinte (1979-81), embora as variações anuais sejam significativas em

²⁴ No período 1975-77, o trigo apresenta uma participação relativamente destacada, alcançando 33% do total em 1977.

²⁵ Destaque-se, igualmente, o crescimento da contribuição do algodão para o aumento das sobras. A partir de 1979, a soja e o algodão passam a contribuir com cerca de 85 a 90% do total das sobras da COCAMAR.

²⁶ Único período para o qual os dados de distribuição de sobras por departamentos aparecem desagregados.

toda a série.²⁷ Isso, provavelmente, é resultado do maior esforço de autocalcapitalização da COCAMAR entre 1974-78, quando a cooperativa cresce vigorosamente, e a participação dos recursos próprios no financiamento das inversões é expressiva, como vimos. Mas possivelmente reflete também, como já foi destacada, uma maior capacidade da COCAMAR em distribuir sobras — mesmo mantendo uma política de retenção de volumes significativos do total —, conseqüência do grande incremento do volume gerado a partir de 1979, quando entra em operação a fábrica de beneficiamento da soja. Essa situação parece ser confirmada pelo aumento relativamente superior do volume de sobras à disposição da assembléia em relação ao volume total de sobras operacionais, quando comparamos ambos os subperíodos.²⁸ E indica a importância que um esforço bem sucedido de agroindustrialização pode desempenhar para atenuar os inevitáveis conflitos subjacentes ao “trade-off” entre decisões de longo prazo — retenção de sobras para aumentar a capacidade de investimento/crescimento da organização — e decisões de curto prazo — distribuição de sobras para atender às reivindicações imediatas dos associados — que assume um caráter politicamente delicado e complexo em grandes cooperativas, especialmente em situações de crise econômica e de encarecimento dos recursos disponíveis no mercado financeiro.

A Tabela 9 é oferecida apenas como ilustração, já que as variações anuais são muito acentuadas e nenhuma tendência pode ser inferida com alguma relevância. Contudo é indiscutível que o departamento da soja é o que distribui os maiores volumes absolutos de sobras. Isso não significa, entretanto, que nesse departamento a participação das sobras distribuídas no total seja maior do que nos demais. Se desconsiderarmos o ano de 1975, que parece ser atípico, ela é semelhante à do departamento do algodão e inferior à do trigo e à do café — que também pode ser atípica, pois a produção de café em 1976 foi afetada pelas geadas que caíram em 1975 no Paraná.

²⁷ Em princípio, as sobras colocadas à disposição da assembléia não necessitam ser totalmente distribuídas. A assembléia pode decidir reter alguma parcela, tendo em vista um fim específico qualquer.

²⁸ Os dois valores considerados em termos reais. A partir do quadro 4.8, pág. 165, da dissertação de mestrado de Maria Benetti, é possível inferir que, no caso da COTRIJUI, a participação das sobras à disposição da assembléia no total foi, em média, superior à da COCAMAR em ambos subperíodos: 37% em 1974-78 e 50% em 1979-81. Seria interessante investigar as razões dessas diferenças. Entretanto, é relativamente precário trabalhar com comparações desse tipo, devido a possíveis discrepâncias na forma de cálculo das variáveis consideradas. Por exemplo, o volume de sobras, em cruzeiros de 1981, da COCAMAR é bastante superior ao da COTRIJUI em todo o período, o que pode parecer estranho, tendo em vista o porte das duas cooperativas.

Tabela 8

Sobras distribuídas ou à disposição da assembleia-geral
dos associados da COCAMAR – 1969-81

ANOS	TOTAL DAS SOBRAS	SOBRAS À DISPOSIÇÃO	B/A (%)
	(A) (Cr\$ 1 000)	DA ASSEMBLÉIA (B) (Cr\$ 1 000)	
1969	32 529	16 264	50,0
1970	68 929	16 019	23,2
1971	50 758	4 090	8,1
1972	4 043	0	0,0
1973	82 528	16 809	20,4
1974	341 173	58 517	17,2
1975	265 138	134 264	50,6
1976	579 379	173 696	30,0
1977	414 384	72 209	17,4
1978	269 492	98 350	36,5
1979	803 929	317 764	39,5
1980	1 181 337	593 403	50,2
1981	867 342	223 745	25,8

FONTE: COCAMAR. Balanço geral 1969/1981. [s.n.t.].

NOTA: Os valores reais foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna da FGV, com base 1981 = 100.

Tabela 9

Geração e distribuição de sobras em alguns departamentos da COCAMAR – 1970-76

ANOS	SOJA			ALGODÃO			TRIGO			CAFÉ		
	Total Cr\$ 1 000	Distribuídas		Total Cr\$ 1 000	Distribuídas		Total Cr\$ 1 000	Distribuídas		Total Cr\$ 1 000	Distribuídas	
		Cr\$ 1 000	% no Total		Cr\$ 1 000	% no Total		Cr\$ 1 000	% no Total		Cr\$ 1 000	% no Total
1970	—	—	—	66 646	16 038	24,1	—	—	—	—	—	—
1971	—	—	—	47 532	4 106	8,6	—	—	—	—	—	—
1972	(280)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1973	20 332	4 799	23,6	56 151	11 995	21,4	—	—	—	—	—	—
1974	259 353	44 480	17,2	—	—	—	47 374	14 033	29,6	—	—	—
1975	99 602	69 721	70,0	81 133	35 337	43,6	71 198	29 204	41,0	—	—	—
1976	266 405	58 095	21,8	108 887	29 248	26,9	98 194	37 518	38,2	92 760	45 137	48,7

FONTE: COCAMAR. Balanço geral 1970/1976. [s.n.t.].

NOTA: Os valores reais foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna da FGV, com base 1981 = 100.

Finalmente, apresentamos na Tabela 10 um indicador da rentabilidade do capital próprio da COCAMAR, ou seja, da participação do total das sobras operacionais produzidas pela cooperativa em seu patrimônio líquido. Ele expressa o grau de retorno ou de lucratividade dos recursos próprios investidos pela COCAMAR — quanto a cooperativa obtém de lucro (sobras) para cada unidade de recursos próprios que investe.

Como se pode verificar, a rentabilidade dos recursos próprios da COCAMAR tem sido elevada, especialmente no último triênio. Com efeito, ela passa, em média, de 44% no subperíodo 1974-78 para 54% no subperíodo 1979-81, refletindo a maior capacidade de geração de sobras da COCAMAR a partir de 1979. De qualquer forma, em todo o período 1969-81, apenas em três anos esse valor foi inferior a 40%, sendo que dois deles, 1972 e 1978, foram anos de frustrações de safras e, portanto, excepcionalmente ruins para a cooperativa (principalmente 1972).

Tabela 10

Evolução da rentabilidade do capital próprio da COCAMAR — 1969-81

ANOS	$\frac{\text{SOBRAS OPERACIONAIS}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}} \times 100$ (%)
1969	39,7
1970	66,2
1971	43,6
1972	3,9
1973	44,6
1974	67,6
1975	42,2
1976	62,2
1977	33,6
1978	27,5
1979	53,4
1980	64,5
1981	44,4

FONTE: Tabelas 2 e 8.

4 — Conclusões

Tentamos apresentar neste artigo algumas características do processo de capitalização e crescimento em uma grande cooperativa agrícola, exemplificada pela

COCAMAR no período 1969-81, através da análise de seus balanços gerais.²⁹

Queremos destacar alguns aspectos desta análise e outros mais gerais a ela relacionados:

a) o período 1975-78 representou o período de maior crescimento da cooperativa, quando ela consolidou definitivamente sua posição como principal agente comercial em sua área de atuação. A partir de 1979, a COCAMAR ingressou decisivamente em uma via de crescimento através da diversificação industrial, concentrando seus esforços na montagem e operação de um parque agroindustrial diversificado e assumindo características próprias a uma “multicooperativa”;

b) esse esforço de crescimento da COCAMAR, a partir de 1975, foi financiado tanto por empréstimos contraídos junto a organismos oficiais, quanto através de recursos próprios. Até aqui o óbvio. O que parece, neste particular, distinguir a COCAMAR de outras grandes cooperativas empresariais — e utilizamos a COTRIJUI como um paradigma de comparação — foi, em termos relativos, mais expressiva utilização de recursos próprios para financiar as inversões. Aparentemente, manteve durante todo o período considerado, um padrão de endividamento mais equilibrado e, provavelmente, mais compatível com as potencialidades e características de uma cooperativa agroindustrial, desviando-se, assim, da regra geral do cooperativismo empresarial sulino que foi o contínuo e crescente endividamento. Isso não quer dizer, como vimos antes, que ele não tenha sido um importante fator para a expansão das atividades agroindustriais da COCAMAR. Indiscutivelmente, sem a disponibilidade de crédito oficial subsidiado, o crescimento da COCAMAR e de outras cooperativas similares teria sido inimaginável nos moldes em que ocorreu, seja porque não dispunham da rentabilidade e da capacidade de concorrência das empresas internacionais que atuam no setor, seja porque as características dos produtores rurais a elas associados — pequenos e médios produtores, em sua grande maioria — tornam impraticável a geração e retenção de excedente em um volume capaz de financiar, exclusivamente com recursos próprios, um crescimento de tal magnitude. Daí que a idéia de uma espécie de “acumulação primitiva” em cima dos associados é ridícula, a menos que imaginemos que elas operaram algum tipo de extração de excedente nos moldes de uma coletivização forçada ao estilo stalinista, o que seria um exercício de imaginação criadora realmente espantoso. Assim, essa reflexão em torno do caso da COCAMAR e seus desdobramentos nos sugere duas conclusões. Primeiro, que dadas as características da organização cooperativa, da estrutura oligopólica dos mercados onde atua e da estrutura econômico-social da

²⁹ Representa uma limitação do trabalho e é responsável por uma certa aridez do texto, pelo menos em algumas passagens, de que estamos plenamente cientes. A impossibilidade de complementar as inferências obtidas dos balanços com entrevistas junto aos responsáveis pelos vários departamentos da cooperativa — no momento em que a versão original deste artigo foi escrita — impediu um tratamento mais adequado e um maior aprofundamento das questões discutidas.

agricultura de seus associados, o crescimento do setor cooperativo não conseguirá ser mantido com base apenas na utilização de recursos gerados internamente³⁰ e o apoio da política econômica do Estado do Paraná será essencial para sua sustentação. O que implica — é nossa segunda conclusão — a definição, por parte do Estado, de uma política de longo prazo coerente para o setor agrícola, delineando o papel e o espaço de atuação das cooperativas. Sem essa política de longo prazo, retornaremos a experiências empíricas e socialmente predatórias, como a da modernização agrícola da década passada — que se converteria provavelmente em desmodernização, devido à gravidade da crise atual e da inoperância da política governamental — assentada que foi na disponibilidade abusiva de crédito oficial subsidiado. Esse fato estimulou as cooperativas a aceitarem converter-se em veículos privilegiados de uma modernização autoritária e a expandirem desenfreadamente suas atividades, com capacidade ociosa e endividamento crescentes, risco permanente de inadimplência e desmoralização do próprio cooperativismo não apenas diante de seus associados;³¹

c) o processo de crescimento e capitalização, tal como ocorreu em cooperativas do tipo da COCAMAR, implicou, necessariamente, que elas se tornassem, na expressão de Maria Benetti, centros autônomos de acumulação de capital.³²

Dois conseqüências importantes decorrem desse fenômeno central: primeiro, essas cooperativas se tornaram grandes organizações empresariais com uma atuação similar a de grandes empresas capitalistas; segundo, de que redundou (assim como de alguma forma supôs) no esvaziamento gradativo da participação e do controle democráticos dos associados nas decisões a respeito da estrutura da organização e da forma de crescimento da cooperativa. Em certo sentido, esses fenômenos foram inevitáveis se se considera o modelo político autoritário prevalecente no País no período em que ocorreram e o padrão de modernização agrícola e acumulação industrial a que estiveram acoplados. Apesar de sua interdependência, faremos neste artigo

³⁰ A menos que um processo de concentração oligopolista sem precedentes ocorra no setor, cuja viabilidade é uma incógnita.

³¹ Daí que é preciso ter cuidado com afirmações que associam, pura e simplesmente, as atuais dificuldades por que passa o setor cooperativo a descabros administrativos cometidos no passado. É óbvio que eles ocorreram, mas é importante não esquecer que a ideologia política e econômica oficial do período estimulou que se empreendessem negócios sem consideração do futuro, já que o presente era inesgotável e abençoado pela burocracia oficial. Nesse sentido, tal comportamento não foi exclusividade do cooperativismo, mas bastante generalizado em todos os setores da economia brasileira, inclusive o próprio Estado.

³² BENETTI, op. cit., nota 5, p.205.

Para maiores esclarecimentos sobre este ponto, remetemos aos capítulos V e VI dessa dissertação que são leitura obrigatória para quem se interessa pela problemática que estamos tratando. Para discussões complementares a este respeito, consultar o capítulo "Resumo e Conclusões" do relatório do IPARDES.

IPARDES. *Perspectiva e potencial de participação institucional do setor cooperativo nos planos e programas de adequação do desenvolvimento rural paranaense* (um estudo de caso). Curitiba, 1983.

algumas considerações apenas sobre o primeiro dos fenômenos considerados, reconhecendo que a discussão do segundo é mais complexa e ainda obscura e que presunção, de qualquer forma, um maior esclarecimento do primeiro para evitar um discurso puramente ideológico e irrealista.

Quando se pensa que a modernização da agricultura brasileira nos anos 70, especialmente na Região Sul do País, esteve associada a um processo mais geral de internalização na “periferia” do sistema agroalimentar dos países capitalistas avançados e que tal processo — fortemente estimulado pela política econômica interna — levou, no caso brasileiro, ao desenvolvimento de um complexo agroindustrial relativamente sofisticado, acompanhado por uma concentração e uma internacionalização do capital nos ramos industriais correspondentes, não é difícil entender que as cooperativas de que estamos tratando (e das quais a COCAMAR é um exemplo), ao pretenderem participar desse complexo agroindustrial internalizado, foram obrigadas a se organizarem e a atuarem como grandes empresas capitalistas, capazes de gerar um fluxo permanente e contínuo de acumulação de capital, de modo a permitir-lhes conservar e mesmo expandir sua posição no mercado. E isso não é fruto de algum projeto “demoníaco” gestado nos gabinetes dessas cooperativas. Trata-se simplesmente de uma estratégia de sobrevivência que lhes é imposta pela estrutura oligopolista do mercado onde atuam, na medida em que são obrigadas a participar da concorrência intercapitalista, nessa mesma medida são obrigadas a se tornarem centros autônomos de acumulação de capital.³³

Neste ponto, é preciso “limpar” um pouco o terreno pelo qual enveredamos. A discussão é certamente complexa, mas há uma visão ingênua e muito difundida que, assustada com o gigantismo das cooperativas do tipo das que estamos exemplificando com a COCAMAR, defende a total incompatibilidade dessas cooperativas com os interesses dos pequenos produtores e aponta para a necessidade do fortalecimento de pequenas cooperativas. E isso em regiões onde a agricultura está quase que totalmente atrelada aos ditames do capital agroindustrial, aos movimentos do comércio internacional e às idiossincrasias da política agrícola! Aqui, pelo menos aqui, seria importante dar ouvidos ao princípio da realidade! Sem poder aprofundar a questão, é preciso lembrar, como demonstra o trabalho do IPARDES, já citado, que pequenas cooperativas são cooperativas em crise permanente, com reduzida capacidade de consolidação comercial, escassas possibilidades de retenção de seus associados e que são obrigadas a aumentar ainda mais os encargos sobre os mesmos, em um esforço desesperado de autocalcapitalização, cuja conseqüência é a redução ainda maior de seu quadro social. Nessas circunstâncias, o que resta é a tutela completa pelo Estado, ou a corrupção, ou o domínio por grandes produtores, ou a quebra definitiva.

³³ É impossível evitar uma analogia entre o comportamento dessas cooperativas e o das empresas públicas, especialmente depois de 1964. Pode ser interessante tentar aprofundar o veio dessa analogia em países de capitalismo tardio e dependente relativamente avançado, como o nosso.

Por outro lado, são essas grandes cooperativas necessariamente incompatíveis com os interesses dos pequenos produtores? É impossível responder com cuidado a essa intrincada questão neste artigo. Mas cabe lançar algumas rápidas considerações a respeito, nem que seja como provocação.

Em primeiro lugar, não é apropriado tratar os pequenos produtores como se fossem um grupo social homogêneo. Para pequenos e mesmo médios produtores proprietários que atualmente produzem, relativamente tecnificados, produtos de alto valor comercial, a cooperativa foi um elemento fundamental e indispensável à sua sobrevivência e integração ao modelo de modernização agrícola, eminentemente excludente, implantado no País — o que não significa que sua relação com a cooperativa não seja conflituosa, nem que seus interesses sejam necessariamente convergentes. Na verdade, na raiz desses conflitos está o fato de que a autonomização da cooperativa como um centro de acumulação de capital limita a capacidade desses produtores ingressarem em uma trajetória autônoma e auto-sustentada de acumulação, na medida em que a prioridade de crescimento da cooperativa impede que a maior parte do excedente gerado seja repassada aos produtores associados.³⁴ Já para os demais pequenos produtores, em especial os não-proprietários, as cooperativas não necessariamente representaram uma alternativa de sobrevivência e não convém imaginar que sua integração à cooperativa vá substituir a premência de uma reestruturação fundiária e a necessidade de que tais produtores tenham acesso a um pedaço de terra que lhes permita sobreviver enquanto grupo social específico.

Além disso, o que complica ainda mais o esclarecimento da questão colocada acima é que a grande maioria dessas cooperativas — e o caso da COCAMAR é muito nítido a este respeito, como demonstra o relatório do IPARDES referido anteriormente — atua em regiões onde predominam pequenos produtores, mas nas quais foram relativamente melhor sucedidas na atração dos médios e grandes (como pode ser visto quando consideramos a participação do número de associados no total de produtores em cada uma das categorias consideradas), o que aponta para o fenômeno significativo de que — a menos que se amplie a área de atuação ou que ocorra uma concentração fundiária na área preexistente — o crescimento futuro do quadro social da cooperativa vai depender de seu sucesso em incorporar pequenos produtores, impondo algum tipo de preocupação com essa categoria, sob pena de que se reduza o ritmo de crescimento de seu quadro social, certamente indesejável para a cooperativa.

Em suma, o que nos motiva aqui não é a defesa do gigantismo arrogante a que incorreram determinadas cooperativas, com alguns resultados catastróficos qualquer que seja o ponto de vista que as encaremos. Queremos, isto sim, enfatizar realisticamente que, pelas razões já apresentadas, é impossível às cooperativas modernas deixarem de desenvolver uma gama de atividades (industriais, comerciais e de prestação

³⁴ Para maiores detalhes sobre este ponto, ver o capítulo **Resumo e Conclusões** do relatório do IPARDES.

de serviços) que lhes impõe determinado tamanho e escala de operações mínimos e exige a constituição de um aparato organizacional e burocrático compatível com sua administração eficiente. E isso não é nem bom, nem mau, em princípio, a menos que suspiremos, com nossas mentes e ideologias, por algum paradigma de concorrência perfeita, à direita, ou de socialização da miséria, à esquerda. Significa que também essas cooperativas estão irremediavelmente mergulhadas nas complexidades e nos impasses do capitalismo oligopólico contemporâneo, nos conflitos inerentes à compatibilização de decisões de curto e longo prazos e, muito especialmente, na intrincada e nunca resolvida problemática da gestão democrática de organizações burocráticas mais complexas. E é necessariamente nesse contexto que terão de imaginar e impor suas saídas ou, então, passarão a pertencer ao rol das utopias ultrapassadas pela história.